

## AS MULHERES INDÍGENAS NAS BIOGRAFIAS DO SÉCULO XIX: O PROTAGONISMO QUE A HISTÓRIA OFICIAL NÃO REVELOU

### *INDIGENOUS WOMEN IN 19TH-CENTURY BIOGRAPHIES: THE LEADING ROLE THAT OFFICIAL HISTORY FAILED TO REVEAL*

Amanda Miranda Gemenes

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFMT, Cuiabá, MT, Brasil

Ilana Peliciari Rocha

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFMT, Cuiabá, MT, Brasil

#### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo investigar as mulheres indígenas “ilustres” do Brasil por meio da análise das biografias “Brasileiras célebres” de Joaquim Norberto de Sousa e Silva e “Mulheres Ilustres do Brasil” de Ignez Sabino, além de trabalhos acadêmicos recentes relativos ao tema. Buscou-se analisar criticamente o protagonismo conferido a determinadas mulheres indígenas do período colonial, considerando o contexto do século XIX. As personalidades analisadas são: Damiana da Cunha, Catharina Paraguaçu, Clara Camarão, Maria Bárbara e a Princesa Arcoverde. A análise das biografias deu-se por abordagem qualitativa e comparativa, a partir da construção narrativa das personagens femininas e os objetivos políticos relacionados às obras do século XIX. Procurou-se observar a descrição dessas mulheres, a relação da narrativa biográfica e o projeto nacionalista do período, além do apagamento e ressignificação de elementos da identidade indígena. Assim, como objetivo específico, examinou-se o papel do nacionalismo nessas narrativas. Nesse sentido, é preciso dizer que os povos originários foram desde a invasão dos europeus infundavelmente subjugados e expostos a inúmeras violências, principalmente as mulheres, o que encaminha para também investigar como essas biografias de mulheres reais foram construídas para fixar um ideal de mulher indígena, a fim de promover a assimilação de indígenas à sociedade Imperial. Constatou-se uma estratégia pedagógica para condicionar as mulheres indígenas sobre como deveriam se portar para poderem integrar aquele novo escopo social, sendo elas as que lutem pela sua pátria, e as que abdicam de sua cultura e incorporam a do europeu.

**Palavras-Chave:** Mulheres Indígenas; Biografias; História das Mulheres.

#### **Abstract**

The present study aims to investigate the “illustrious” indigenous women of Brazil through the analysis of the biographies “Brasileiras célebres” by Joaquim Norberto de Sousa e Silva and “Mulheres Ilustres do Brasil” by Ignez Sabino, in addition to recent academic works related to the theme. The personalities analyzed are: Damiana da Cunha, Catharina Paraguaçu, Clara Camarão, Maria Bárbara and Princess Arcoverde. The analysis of the biographies was carried out by a qualitative and comparative approach, based on the narrative construction of the female characters and the political objectives related to the works on the nineteenth century. Thus, as a specific objective, the role of nationalism in these narratives was examined. In this sense, it must be said that the original peoples have been endlessly subjugated and exposed to countless forms of violence since the invasion of the Europeans, especially against women, which also leads us to investigate how these biographies of real women were constructed to establish an ideal of indigenous women, in order to promote the assimilation of indigenous people into Imperial society. A pedagogical strategy was found to condition indigenous women on how they should behave in order to be able to integrate that new social scope, portraying them as those who fight for their homeland, and those who abdicate their culture and incorporate that of the European.

**Keywords:** Indigenous Women; Biographies; Women's History.

## INTRODUÇÃO

A construção de figuras de destaque na história é um processo intrínseco, permeado por escolhas conscientes de narrativa e valorização seletiva de feitos e personalidades. Ao longo dos séculos, a História tem sido frequentemente moldada por uma combinação de fatores, incluindo perspectivas políticas, sociais e culturais, que influenciam a seleção de quem será lembrado e celebrado. Personagens proeminentes muitas vezes emergem como arquétipos inspiradores ou que representam determinadas épocas, destacando-se por suas contribuições notáveis ou pela maneira como suas histórias ressoam com as narrativas contemporâneas. No entanto, essa construção não é isenta de visão, e a escolha de quem é elevado a um status histórico muitas vezes reflete agendas específicas, excluindo ou marginalizando vozes e conquistas igualmente significativas. No Brasil do século XIX, essa seleção foi um mecanismo importante para a construção da visão nacionalista, sendo algumas mulheres indígenas elevadas a símbolos de um projeto assimilacionista. O propósito do texto é identificar as mulheres indígenas que foram destacadas por duas obras: “Brasileiras Célebres”, de Joaquim Norberto de Souza e Silva, e “Mulheres Ilustres”, de Ignez Sabino.

Nascida na Bahia em 31 de dezembro de 1853, segundo Afonso Costa (Araújo, 2008, p. 61, apud Costa, 1930, p. 112) Maria Ignez Sabino Pinho Maia, mais conhecida como Ignez Sabino, teve – diferente da maioria das mulheres da época – a maravilhosa oportunidade de estudar, chegando a ir para a Inglaterra, para intensificar seus estudos artísticos. Ignez, nesse sentido, era dona de grande bagagem intelectual, o que a possibilitou se tornar uma “mulher de letras” do século XIX, ou seja, ser uma mulher que, assim como os homens do período – os “homens de letras” – produziam inúmeras obras, seja de ordem literária ou não, o que por si só era uma subversão à ordem patriarcal do contexto, uma vez que o espaço intelectual não era destinado para as mulheres. Apesar disso, seria difícil para a escritora subverter todas as normas sociais do século XIX, especialmente as de cunho nacionalista. Esse desafio se intensifica ao considerarmos a influência exercida pelo IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) na época, responsável por colocar em prática o projeto nacionalista. Assim:

[...] a escrita de biografias sobre mulheres célebres da história brasileira e, conseqüentemente, uma proposta de releitura dos principais fatos da história nacional, ainda que a partir da clássica divisão temporal, entre os marcos da “história oficial”, gestada pelas diretrizes políticas do IHGB e sua

preocupação com uma narrativa da história nacional e a institucionalização da escrita da história, compreendidos em Brasil Colônia, período de submissão política à Coroa Portuguesa, com todas as tentativas de insurreições e rompimento com a metrópole, Portugal, e o Brasil Império, incluindo a ascensão e queda da Coroa (Silva, 2022, p. 34).

Não obstante, a ação de Sabino não deve ser deslegitimada, pois em uma sociedade onde as mulheres dificilmente antes tinham qualquer tipo de protagonismo, seu pioneirismo escrevendo “Mulheres Ilustres do Brasil” foi uma porta de partida para alavancar as mulheres na história e não só mulheres brancas, dando espaço também às mulheres indígenas: “Sabino inicia a obra em 1510, com as primeiras tentativas de ocupação do território brasileiro pelos portugueses, e as sucessivas batalhas e disputas entre potências europeias que pretendiam dominar a costa da ‘Terra Brasilis’” (Silva, 2022, p. 34).

Já Joaquim Norberto de Sousa e Silva, nosso segundo escritor, nasceu em 1820, no Rio de Janeiro conforme Elizabeth S. Pletsch (2023). Desde cedo, tornou-se um estudioso entusiasta do campo das Humanidades, se dedicando à escrita, poesia, dramaturgia, mas também à história. Ao longo de sua trajetória, produziu por volta de 100 obras dentre os diferentes gêneros. Enquanto historiador, é preciso pontuar o fato de que Joaquim, assim como Ignez Sabino, era influenciado pelo projeto nacionalista proveniente do século XIX, mas talvez possamos dizer que em seu caso a influência era ainda maior, afinal o escritor era um funcionário do IHGB, o órgão que fomentava toda propaganda nacionalista, por conseguinte estava intrinsecamente ligado à causa. Tendo isso em vista, é evidente sua tentativa na obra “Brasileiras célebres” em fomentar o nacionalismo, mas além disso, o indianismo, já que o escritor era um adepto do movimento, que propunha retornar a imagem do indígena como uma figura mítica, remontando um passado heroico do Brasil. Seu apelo ao movimento era tanto que, ao dar nome a seus filhos, se inspirou na cultura indígena, os batizando como: “Artur Niteroíno, Oscar Guanabarino, Armando Fluviano e João Sapucaíno” (Souza, 2012, p. 17). É claro, nesse sentido, que a escolha feita pelo autor em evidenciar determinadas mulheres indígenas não se deu meramente por admiração a seus feitos. A hipótese é que, na verdade, seu objetivo era retratá-las como heroínas da pátria, reforçando a construção de um passado mítico desejado.

Ao evidenciar a questão do nacionalismo, Ignez Sabino e Joaquim Norberto de Sousa e Silva moldaram algumas faces da mulher ideal. Quando analisamos suas obras “Brasileiras célebres” e “Mulheres Ilustres do Brasil”, podemos notar que existem arquétipos femininos

que os autores elucidam com veemência. Nesse sentido, ao partirmos do recorte necessário para a presente pesquisa, as mulheres indígenas, nos deparamos com narrativas onde essas mulheres são construídas para desempenharem papéis pontuais na sociedade do século XIX, ao passo que, só por serem mulheres, teriam de ser submissas aos maridos, para seguir a ordem patriarcal já pré-estabelecida. Outrossim, é preciso salientar que, apesar de no século XIX os povos originários, em teoria, não serem mais submetidos à escravidão, ainda sofriam inúmeras violências, de maneira que, se não fossem subordinados à Coroa, sofreriam extermínio:

A política indigenista do Império caracterizou-se, então, pela descentralização, e os índios, ainda divididos nas categorias de mansos e bravos, tinham, de acordo com Carneiro da Cunha, a possibilidade de escolher entre a 'civilização' e o 'extermínio', ou seja, entre uma submissão branda e uma violenta (Almeida, 2012, p. 29).

Ou seja, as mulheres indígenas eram duplamente estigmatizadas e subjugadas, por serem mulheres e deverem obediência aos cônjuges e por serem indígenas, sendo compelidas a se curvar não apenas à Coroa, mas também a uma imposição cultural estrangeira que frequentemente buscava moldá-las de acordo com as normas europeias da época. Essa complexidade de opressões entrelaçadas evidencia a interseccionalidade das discriminações que enfrentavam, onde as amarras sociais de gênero se misturavam de maneira intrincada às dinâmicas coloniais, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e a limitação de suas oportunidades sociais. Dessa forma, a análise desse período não só revela as injustiças enfrentadas pelas mulheres indígenas, mas também ilumina as estratégias de manipulação que visavam consolidar um modelo social que servisse aos interesses oitocentistas.

## PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS E AS BIOGRAFIAS DO SÉCULO XIX

As obras biográficas selecionadas do século XIX, “Brasileiras celebres”, de Joaquim Norberto de Sousa Silva e “Mulheres Illustres do Brazil”, de Ignez Sabino, apresentam a biografia de várias mulheres, consideradas pela autoria, que se destacaram na história do Brasil. Entre essas mulheres estavam algumas mulheres indígenas: Damiana da Cunha, Catharina Paraguaçu, Clara Camarão, Maria Bárbara e a Princesa de Arcoverde. Tendo isso em vista, podemos adentrar na discussão das biografadas por Ignez Sabino e Joaquim Norberto de Sousa e Silva, partindo de Guaibimpará, popularizada como Catharina Paraguaçu, cujo

nome nem sempre foi esse. Conforme aponta Rezzutti (2018), o nome de nascimento da respectiva indígena é Guaibimpará, filha do Cacique Taparica, contudo “[...] foi batizada pelos franceses Catarina Álvares, quando recebeu o sobrenome de Diogo Álvares e foi apadrinhada pela rainha Catarina de Médici na França (Franco, 2000 apud Brasil, 2021, p. 367)”. Não sabemos, é claro, se Ignez e Joaquim tinham conhecimento do nome de Paraguaçu com a documentação que tinham acesso no momento, contudo, é imprescindível observar a escolha que fizeram por biografá-la, afinal, estamos falando de uma mulher que sofre extremo apagamento de identidade.

Em “Brasileiras Célebres”, Joaquim de Sousa e Silva inicia o capítulo referente a Paraguaçu da seguinte maneira: “Ao christianismo deve o Brasil os nomes que nos transmittirão as gerações passadas d’essas mulheres que, arrancadas ás brenhas, vierão á luz da civilisação ostentar as virtudes, cujo germen tinha a divindade depositado em seus generosos corações [...]” (Silva, 1862, p. 54). Nesse trecho, é perceptível como o pensamento nacionalista de Joaquim Norberto transparece, evidenciando sua visão de que as mulheres indígenas biografadas só mereciam o reconhecimento porque haviam abandonado a vida profana que levavam — “arrancadas ás brenhas” — e haviam reconhecido no cristianismo uma vida correta e civilizada — “vierão á luz da civilisação ostentar as virtudes”. É claro que, para o autor, a ideia de que o homem trouxe a civilização e a ordem para os ameríndios é fundamentada em seus ideais, ignorando totalmente sua cultura como válida, bem como faz Ignez, que inicia o capítulo de Paraguaçu discorrendo da importância que atribui à “civilidade” que os europeus trouxeram aos indígenas. Logo já podemos notar que o protagonismo dado a Catharina é secundário e a evidência é, na verdade, o cristianismo e o poder atribuído a ele de “salvar vidas”: “Em plena barbaria estava a mulher brasileira, em terras desconhecidas do civilizado europeu. O sentimento da honra e da virtude, precisava do elemento regenerador da religião de Christo” (Sabino, 1889, p. 1).

Ademais, nos deparamos com ambos os autores trazendo a narrativa da mesma maneira, evidenciando não Guaibimpará, mas seu cônjuge, Diogo Alvares, sua chegada gloriosa às Índias e como em sua grandeza conseguiu persuadir os indígenas a não matá-lo e ainda tornou-se figura de autoridade para eles, ao passo que em vários trechos, a história se trata dele, seja pela ótica de Ignez: “Diogo infundiu-lhe a idéa de Deus e tanto que, dos destroços do navio naufragado, elle erigio uma capllinha a Nossa Senhora da Graça que ainda lá está.” (Sabino, 1889, p. 6), ou pela ótica de Joaquim:

Senhor da lingua geral, fallada em toda a corta do Brasil, acabou Diogo Alvares por ganhae a complecta obediencia dos selvagens em razão do desenvolvimento de sua intelligencia e tratou de lançar entre elles os fudamentos de uma povoação mais solida, ou menos nómada. (Silva, 1862, p. 57).

Outrossim, a história segue com a aproximação entre Guaibimpará e Diogo. Joaquim Norberto, nesse momento, segue expondo a indígena como inerente ao marido, uma vez que, quando vai lhe atribuir qualidades, destaca que sua beleza foi importante pois chamou a atenção de Diogo: “Filha do principal (moru bixaba) de uma aldêa de Tupinambás, mereceu pela sua belleza e qualidades a preferencia do famigerado Diogo Alvares entre as mais distinctas Indianas de seu tempo.” (Silva, 1862, p. 55). Além disso, é clara no texto a presença da culpa católica, onde a pureza é muito frisada quando Guaibimpará aceita o batismo católico e passa a assumir o nome de Catharina Paraguaçu: “As aguas do baptismo a regenerarão da culpa original, e a Igreja reconheceu-a depois por esposa daquelle a quem ella votára o mais puro amor, legitimando assim sua união conjugal.” (Silva, 1862, p. 55). É claro que o projeto nacionalista delineava Catharina como o protótipo de esposa exemplar, bela, submissa e convertida ao cristianismo, e claro, mãe, como discorre Ignez: “O instinto da maternidade carecia ser aquinhoado pelas luzes de outra civilização que o divinizasse, apesar de saber a mulher ser mãe, seja qual for a sua condição social, por ter como director do sentimento, o coração, sempre o coração.” (Sabino, 1889, p.1). Tendo isso em vista, é indubitável que o protagonismo era direcionado apenas a Diogo Alvares, afinal: “O acentuado patriarcalismo da sociedade colonial do século XVI não nos permite vislumbrar uma posição de destaque para sua mulher/esposa...” (Oliveira, 2005, p. 59).

Se colocarmos, entretanto, em comparação com biografias atuais — considerando o comparativo apenas para evidenciar a presença da ordem pedagógica nacionalista —, podemos notar uma diferença grandiosa. Exemplo disso é o livro “50 brasileiras para se conhecer antes de crescer”, um livro infantil, também com ordem pedagógica, mas que encoraja as mulheres a serem corajosas, protagonistas de suas próprias histórias, não sendo nesse sentido, apêndices da história de um homem:

A Índia Paraguaçu conhecia a *nhe'enga* tupinambá e a palavra em português, então era quem traduzia os costumes e as línguas. Conversando com os dois mundos, tentou fazer a paz reinar entre ambos os povos que agora habitavam as mesmas terras. Com Caramuru, Paraguaçu fundou igrejas e uma das primeiras vilas, onde hoje fica Salvador. (Thomé, n.p.2017).

Logo, ao observar o excerto acima, é possível notar como uma mesma história pode ser contada e, dependendo de seu principal objetivo, delimitar uma funcionalidade para um determinado indivíduo.

Clara Camarão é, bem como Paraguaçu, uma mulher indígena que viveu no período colonial, mas foi lembrada no século XIX, a fim de moldar a ideia da mulher originária ideal. Seu nome, segundo Soares (2019), era Maíra, entretanto, “foi batizada em 1614, junto ao marido, Antônio Felipe Camarão, pelos jesuítas no aldeamento de São Miguel do Guajiru, hoje Extremoz.” (Soares, 2019, p. 1).

Joaquim Norberto narra a história de Clara junto das heroínas de Tejucupapo, separando-a de Paraguaçu e Damiana, talvez pelo fato de que ambas as outras eram mediadoras entre indígenas e colonizadores e Clara Camarão é considerada uma guerreira, uma combatente, dadas as batalhas em que se envolveu. Todavia, apesar da importância de sua figura, Clara sofre um apagamento muito grande na história, já que é muito contestada pela falta de documentos históricos, inclusive: “...pesquisadores destacam que tal lacuna pode ser associada à invisibilidade feminina e ao pouco prestígio de personagens indígenas na História” (Fernandes, 2020, p. 1).

Em “Mulheres Ilustres do Brasil”, Ignez inicia o capítulo de Clara trazendo o contexto histórico ao qual ela pertence: o Brasil Holanda. É feita toda uma narração do período, onde são ditos os triunfos de Portugal contra os holandeses: “A de Pernambuco, nas brancas folhas do passado, quando ainda disputavam os estrangeiros um pedacinho do seu solo, em cada linha conta um episódio notável, sendo poucos os lugares que não fossem baptizados com sangue dos heróis” (Sabino, 1889, p. 27). Ao introduzir Clara na narrativa, — apesar de o fazer de forma atrelada ao marido —, Ignez a coloca como sujeito ativo: “Cabe somente alliar o simples nome de uma mulher á redempção da aquatica cidade e de quem se guarda o nome de Clara, esposa do indio Poty, que se tornou conhecido por Antonio Felipe Camarão” (Sabino, 1889, p. 28).

Clara Camarão, pelo olhar de Sabino, não transmite a ternura que transmitia Paraguaçu, muito pelo contrário, sua imagem é colocada como brava e valente: “Habituada

como estava a dormir ao relento, a manejar o arco, a ver sacrificar o inimigo, não obstante já estar civilisada, contudo olhava rancorosa para o hollandez, que fel-a passar tão ruins momentos, através de climas inhospitos” (Sabino, 1889, p. 28). Contudo, o recado dado ao leitor está intrínseco na narração: em nome da Coroa, o impensável era permitido. Clara que em tese deveria estar submissa ao marido e ainda tinha o peso do estigma de ser indígena, ali, por lutar em nome de Portugal, era uma heroína:

Clara então achou que devia romper com os preconceitos concedidos á mulher, e, de accordo com meia duzia de destemidas senhoras, insufladas de patriotismo, montam a cavallo e eil-as á frente dos pelotões. O marido olhou-a surpreso; os capitães, esperançados; os soldados, com mais animo. Junto ao seu Poty, ella dirigia-lhe palavras animadoras, quando, para vergonha, a capitulação estava prestes a consumir-se... “Pusilanimos, gritou-lhes: segui-me e a victoria será nossa.” Ancia enorme lia-se no semblante de Felipe Camarão, ao passo que ella, altaneira como o anjo do combate, brandia a espada com furor, ensopava-a no sangue inimigo (Sabino, 1889, p. 29)

Nesse sentido, é possível subverter a ordem de que a mulher deveria estar no lar e ser submissa, mas desde que fosse em nome do Rei. Apesar das problemáticas nacionalistas, é interessante a maneira protagonista como é colocada, inclusive frente ao marido:

No furor da conquista, elle não sentia dores, enquanto Poty seguia a sua mulher, que, ao invocar o Deus dos Christãos, só se lembrava dos filhos, enquanto cahiam corpos, confundia-se o sangue, aterrorisavam-se os gestos e o hollandez a recuar, a recuar, ante aquelles vultos tão debeis, mas tão estoicos, que, n’aquella melindrosa situação, tornavam-se outras tantas Joannas d’Arcs brasileiras, impulsionadas pela chamma de amor da pátria (Sabino, 1889, p. 30).

Posto isso, a respeito do protagonismo de Clara, há uma observação pertinente, uma vez que a indígena é narrada praticamente de forma igualitária ao seu marido, do qual deveria ser submissa, já que é uma mulher, o que foge à ordem patriarcal do momento. Fica nesse sentido o questionamento do porquê Clara Camarão ser escolhida então para ser evidenciada. Contudo, é preciso lembrar-se de que Poty não é um homem branco, nenhuma das outras indígenas questiona ou se coloca à frente da autoridade de um homem branco, que ao longo da História, se bem observarmos, na maior parte das vezes representa o lado ganhador dos conflitos, tendo seu ângulo da história em destaque. Em suma, Clara Camarão é vista como



uma heroína, que inclusive se apropria de um espaço majoritariamente masculino, mas claro, em nome da Coroa.

Em “Brasileiras Célebres”, Joaquim Norberto de Sousa e Silva tem uma visão menos positiva do que a de Ignez, pois, apesar do destaque que dá a Clara Camarão, já inicia o capítulo a subjugando em detrimento das outras heroínas de Tejucupapo, por ser ameríndia: “Dona Clara Camarão não era uma d’essas descendentes dos conquistadores portugueses, que se pudesse vangloriar de um nascimento illustre...” (Silva, 1862, p. 86). Além disso, Silva (1862) não utiliza de muitas páginas de sua obra para Clara, o que nos traz um comparativo na escrita de Ignez e Joaquim, onde a escritora, talvez motivada a emplacar a história das mulheres, tece de mais cuidado e detalhes, já que este capítulo, justo o de uma mulher guerreira, em praticamente igualdade com o cônjuge, possui uma narrativa corrida, apenas cumprindo seu papel, de acordo com o nacionalismo, ser brava e guerreira por defender sua terra.

Não obstante, é preciso salientar que ao finalizar o capítulo de Clara, Silva (1862) faz uma contestação muito pertinente. A autora traz ao leitor os títulos que recebera o marido de Clara, Felipe Camarão, e questiona o porquê de sua esposa também não os receber, uma vez que também teve atos de bravura e consequentemente merecia reconhecimento por isso: “...se esquecesse de sua esposa, sendo que foi tão illustre como elle...” (Silva, 1862, p. 89). Apesar disso, mesmo que sob incertezas, há fontes que apontam títulos recebidos por Clara dada a sua bravura:

Segundo as crônicas da época, por seus feitos corajosos, ela gozou de regalias do título de “Dona”. Conforme o Dicionário das Mulheres do Brasil, ela também recebeu a comenda de hábito de Cristo, privilégio masculino, mas isso não foi confirmado com o avanço das pesquisas (Fagundes, 2016, p. 8).

Partindo para Damiana da Cunha, ao ler ambas as biografias em busca da análise da figura de Damiana, nos deparamos com a representação de uma mulher indígena, convertida ao cristianismo, religiosa, que, movida por sua enorme fé, se propõe a auxiliar nos descimentos de seu povo, os indígenas Kaiapós. Não obstante, é preciso dizer que a ameríndia é colocada em enfoque pelos autores se comparada às demais indígenas biografadas, tendo inclusive mais páginas dedicadas a si do que as demais, o que se pode dizer que foi dada à sua

heroicização por contribuir para os interesses reais e claro, pois conseguiu abandonar sua cultura, considerada pelos europeus como selvagem, e incorporou a deles:

[...]considerados heróis nacionais, os indígenas que com sacrifício prestavam serviços a Pátria, ou seja, heróis, eram os indígenas convertidos e que, de alguma forma, contribuíram para a efetivação do processo colonizador, como é o caso de Damiana da Cunha. (Coelho, 2016, p. 77).

Nesse sentido, deve-se observar criticamente o protagonismo dado a Damiana, uma vez que seus feitos auxiliaram muito no projeto colonial, pois evitaram diversos conflitos ao convencer seus companheiros de tribo aos aldeamentos, fazendo com que a Coroa não tivesse reunido esforços e gastos com uma “guerra justa” e ainda adquirido mão de obra barata: “[...] os índios aliados eram indispensáveis ao projeto, pois além de compor tropas militares, eles deviam ocupar os espaços conquistados e contribuir, como mão de obra, para a construção das sociedades coloniais.” (Almeida, 2010, p. 69)

Partindo de “Brasileiras Célebres”, é possível notar como, através de Damiana da Cunha, Joaquim Norberto estimula três pilares fundamentais na reeducação da população que o IHGB disseminava enquanto sinônimo de instrução para a nação, em especial para os povos originários, sendo eles o nacionalismo, a religião e a catequização. Podemos observar sua prática por meio do seguinte excerto de “Brasileiras Célebres”: “A mulher que baixára do Calvario ao lado do padre depois do tremendo sacrifício, tinha também direito á gloria de tão saneta missão, et pois Damiana da Cunha realizou em nossa patria tão sublime tarefa.” (Silva, 1862, p. 66). Tendo isso em vista, verificamos o quão valorizada é a posição recebida por Damiana graças à sua renúncia religiosa enquanto indígena e aceitação do catolicismo, um sacrifício reconhecido pela Coroa, mas que, claro, instituiu uma regra: os povos indígenas seriam aceitos sob a condição da abdicação, o que era, no século XIX, um bom exemplo pedagógico para o plano assimilacionista do Império, onde os povos originários que quisessem se integrar a àquela sociedade deveriam se tornar comuns aos portugueses, negando suas origens e incorporando a do homem branco.

Joaquim Norberto aponta ainda uma espécie de herança de bons costumes herdada de Damiana por seu pai, sendo ele um exemplo a ser seguido pelos demais indígenas, já que aceitou de bom grado o aldeamento, o que lhe rendeu uma menção no capítulo de Damiana:

N'uma d'essas habitações terreas residia Damiana da Cunha, neta d'esse principal submetido de tão bom grado ao jugo da civilização, que tantas comodidades lhe apresentara; ahi cresceu á sombra da cruz, ahi casou-se com um Brasileiro que depois abraçou a vida militar e de tal modo se conduziu na practica das virtudes, que mereceu não so o respeito extraordinario dos Indios aldeados e ainda dos selvagens, como a consideração e estima dos presidentes e principaes pessoas da provincia (Silva, 1862, p. 71).

O esforço de Damiana nas expedições de aldeamento é muito frisado: “No anno de 1808 entrou ella com setenta e tantos Indios Caiapós de ambos os sexos; vinha do sul dos sertões do Araguaia; essa scena repetiu-se em 1820, sendo o número dos índios quasi o mesmo” (Silva, 1862, p. 72). Apesar de todo o apelo nas narrativas apontando para as razões dos aldeamentos serem religiosas e catequizadoras, devemos ter em mente também os interesses econômicos em questão:

Para garantir que gêneros como açúcar, couro e algodão fossem transportados de Goiás ao Pará através dos rios Tocantins e Araguaia, era preciso “chamar para as suas margens desertas alguma população industriosa” e promover “a catechese e a civilização dos “índios, que em suas margens desertas se tinham ido refugiar em outros tempos, ou fugidos dos aldêamentos ou levados de vencida pelas armas dos bandeirantes (Julio, 2015, p. 125).

Observar esse viés econômico pode trazer a reflexão de como os jogos de poder influenciam nos campos sociais, já que, apesar da propaganda cristã de “salvação”, não se pode negar a grande persuasão da economia, que no século XIX significava também manter a tutela dos indígenas ou utilizar de suas terras, porém agora com os diretórios ou com as medidas assimilacionistas:

A política de Pombal para os índios deve ser compreendida no contexto mais amplo das reformas pombalinas, que visavam essencialmente a fortalecer o poder absoluto do Rei de Portugal, combatendo os setores que o desafiavam, entre os quais se destacavam o setor antimonopolista da burguesia mercantil, o setor antiabsolutista da aristocracia nobiliária e o setor hegemônico da aristocracia eclesiástica. Seu objetivo era fortalecer o reino português através de um controle mais rigoroso sobre sua colônia (Almeida, 2010, p. 109).

Em suma, toda a questão do nacionalismo é intrínseca à narrativa, sempre — de maneira pedagógica — instruindo a mulher do século XIX a seguir modelos, como os de Damiana:

Ja a esse tempo as casa sumptuosas da aldêa de S. José de Mossamedes cahião em ruinas... e ja hoje pouco resta de tanta grandeza... nem talvez o Cayapó se embre mais do nome de sua antiga soberana, a neta do cacique, a mulher missionaria! (Silva, 1862, p. 78)

Damiana da Cunha é apresentada ao leitor por Ignez por meio de sua trajetória desde a infância, na qual, desde pequena, foi ensinada sobre o “caminho correto” — que consistia para os povos indígenas abandonar a vida em suas aldeias e seguir à Coroa. Por essa razão, mesmo ainda criança, Damiana ganha a atenção do então governador: “A criancinha, muito bella e galante, foi logo o alvo dos carinhos da esposa do governador, que, sem filhas, tomou conta da pequenina, baptisou-a, foi della madrinha, deu-lhe o seu nome de família e o de Damiana na pia.” (Sabino, 1889, p. 114). Todavia, toda essa afeição com Damiana é questionável, isso porque as mulheres na sociedade colonial tinham — a grosso modo — o papel de serem mediadoras entre indígenas e colonos e por isso era interessante para os colonizadores mantê-las por perto:

A frequência de referências a mulheres atuando como intérpretes parece se relacionar com o fato de que elas, juntamente com as crianças, constituíam a maioria dos cativos de guerra. Esse predomínio nos dá a dimensão da ferocidade dos conflitos travados naquela região. Os colonizadores se depararam com populações guerreiras, habituadas a se deslocarem constantemente (Garcia; Santos, 2020, p. 102).

Além disso, as descrições de Damiana eram muito baseadas nos princípios da moral e dos bons costumes: “Damiana, á proporção que crescia em belleza, sobresahia em dotes moraes.” (Sabino, 1889, p. 115). Aparentemente é colocada — na narrativa de Ignez Sabino — uma escolha da qual a indígena tem de fazer, seu povo que então se rebelava contra a Coroa, ou a Coroa, que era o lado moral e correto: “Sem entusiasmo, sem orgulho, sem exprobações violentas, meditou concorrer para a paz dos seus irmãos selvagens, no que concordou seu marido, certamente no desejo de auxilial-a.” (Sabino, 1889, p. 116). É interessante observar como, nesse caso, a mulher é o sujeito ativo da situação e o marido um mero apêndice, que a auxilia. Todavia, é igualmente importante pensar nas razões pelas quais

uma mulher — indígena — poderia, no século XIX, ser mais relevante que o cônjuge. Certamente estaria relacionado ao fato de que essa mulher fez inúmeras movimentações em nome da “pátria” e, apenas nessa condição, uma indígena poderia ser um exemplo de protagonismo.

Ademais, sua morte é descrita como um sacrifício admirável pela ação:

A 12 de Janeiro de 1831 voltou. Se a victoria foi completa, ella com tudo sacrificava-se em victima. [...] Não era uma visionaria; era uma convicta, a quem não se galardoou e que morreu certa de que tinha pura a crença di martyr que expirou suspenso n’uma cruz em proveito da humanidade. (Sabino, 1889, p. 117-118).

Falemos agora de Maria Bárbara, chamada por Joaquim Norberto de mameluca. Apesar de não se enquadrar exatamente como indígena, o autor de “Brasileiras célebres” a coloca com as demais ameríndias biografadas, o que talvez faça algum sentido se analisarmos a narrativa de sua história na obra. Maria Bárbara, segundo o autor, foi vítima de uma tentativa de estupro, mas resistiu à violação e, por isso, recebeu reconhecimento e espaço na obra de Joaquim: “Resignada, preferiu a morte á deshonra, e como mansa ovelha, coroada das flores do sacrificio, deixou-se degollar pelo perfido assassino, que lhe abriu as portas da gloria ao som dos hossanas dos sactos e innocentes martyres” (Silva, 1862, p. 65). Parecia ser, nesse sentido, a purificação da imagem da mulher indígena, uma vez que a visão para com essas mulheres se disseminou como as de quem, sem nenhuma resistência, se relacionariam com os europeus sexualmente, sem a necessidade de qualquer compromisso:

O imaginário bifronte sobre a mulher – ao mesmo tempo sexo insaciável, voragem, “a sugar desejos e fraquezas masculinas” e mulher-mãe, mistério profundo da vida “unindo o horrendo e o fascinante” (Del Priore, 1993, p. 35) – será refundido às atrizes do projeto colonizador: índias e negras, irremediavelmente construídas na ambivalência, pelo mesmo processo de ancoragem do novo em território conhecido. A empreitada do povoamento, portanto, da qual dependia em boa parte o êxito da colonização, apoiava-se numa personagem cuja projeção no imaginário se cindia segundo essas características (Arruda, 2000, p. 59).

Tendo isso em vista, como agora no Império, conforme dito acima, era interessante integrar os indígenas à sociedade colonial, portanto não seria possível manter assim a imagem

da mulher indígena, já que agora ela estava assimilada àquela sociedade e a figura feminina — baseada na moral, bons costumes e civismo — deveria assim também ser:

Desse modo, Joaquim Norberto reforçava uma das principais ideias de seu livro, a de que os ensinamentos da fé trazidos pela coroa portuguesa desde os primórdios da colonização permitiram a muitas dessas mulheres ações como a de Maria Bárbara. Com essa perspectiva, o ato individual da não aceitação de Maria Bárbara da violência sofrida se perde e se valoriza mais o que a levou a fugir de seu algoz, no caso a sua fé. De fato, para Joaquim Norberto, sendo a “mameluca” descendente de índios e escravos negros, portanto, “bárbara”, tal ato de bravura, só se explicava pela fé cristã que moldara e a encaminhara segundo o autor, para o seu “voluntário martírio” (Lacerda, 2011, p. 413).

A história da Princesa Arco Verde se assemelha muito à de Catharina Paraguaçu, entretanto não há muitos trabalhos na historiografia indígena a respeito da Princesa Arco verde, o trabalho achado “Merecedores de toda honra”: a trajetória da família indígena Arcoverde nos espaços de poder do Império Ultramarino Português (1636-1706) fala de sua família em geral, não contribuindo para a discussão a respeito da ameríndia. Quando falamos de Arco Verde, falamos de uma jovem que iniciou um relacionamento com um homem europeu. A jovem, segundo Ignez Sabino, se encantou com Jeronymo de Albuquerque. Este por sua vez, foi capturado pelos Tabajaras que iriam sacrificá-lo em um ritual antropofágico, e Arco Verde o salvou:

Não obstante estar affeita a estas scenas de canibalismo, a rapariga, vendo-o amarrado com a Mussurana, lendo na cabeça a cangatarra, sabendo o suplicio que o esperava, estremecia de horror, por ter sido designada como a esposa do tumulto e sentir-se, sem o querer, tocada de tal sympathia que não podia explicar (Sabino, 1889, p. 12).

É curioso, contudo, o fato de que Arco Verde possa ter ficado desconfortável com um ritual ao qual já estava acostumada a presenciar, sendo muito provavelmente uma tentativa de Sabino de transparecer a imagem indígena como selvagem.

## CONCLUSÃO

Dado exposto acima, temos diversos exemplos de como o projeto nacionalista implantado no século XIX — para atender aos interesses do Império — agiu. É clara a tentativa

de criar uma Identidade Nacional, ou seja, dar uma "cara" ao país, o que implica em moldar o brasileiro da forma em que se convém a esses interesses e o que se convém no caso, é principalmente a fidelidade pela pátria em questão, o olhar cego que não questiona e isso envolto por um sentimento de pertencimento à nação, dado ao fomento por elementos naturais ou mesmo sociais do local. Nesse sentido, quando falamos do século XIX, falamos de um período que o Brasil a pouco deixava de ser colônia para ser um Estado e isso implica no fato de que a população aqui residente não se sentia "brasileira", essa noção precisaria então ser criada, assim como a afetividade pela pátria. Os dicionários biográficos, como os de Joaquim e Ignez, são uma ferramenta para isso, contudo possuem o elemento do gênero. Servindo para moldar as mulheres do contexto, a presente pesquisa, no entanto, se restringiu às mulheres indígenas.

Após a análise comparativa das biografias, evidenciamos o quão pedagógico foi o plano nacionalista, principalmente para as mulheres indígenas, pois somada a essa tentativa de "molde" ainda havia as medidas assimilacionistas tentando as incorporar àquela sociedade, fazendo abandonar sua cultura originária para incorporar a estipulada — europeia — e, sendo mulheres, serem submissas a seus cônjuges. Todas as mulheres analisadas só receberam esse destaque pois era interessante ao Estado que as demais indígenas fossem como elas, seja como Paraguaçu, que abandonou a vida de "selvagem" e se dedicou totalmente ao marido, como Clara Camarão que enfrentou os holandeses com bravura, justificada pelo amor ao seu território, como Damiana da Cunha, que entendia a importância da conversão ao cristianismo e por isso converteu o máximo de Caiapós que pode, além da Princesa Arco Verde, que salvou seu marido de um ritual antropofágico, considerado um momento de extrema selvageria, ou como Maria Bárbara, que marcada por sua pureza preferiu a morte a cometer adultério. O plano nacionalista significou, portanto, um protagonismo manipulado para as mulheres indígenas, que as influenciasse a abandonar suas culturas e assumir a europeia, para enfim poderem compor aquela sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo*. Revista História Hoje, v. 1, 2012, p. 21-39.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. *Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia*. Porto Alegre, Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.
- ARRUDA, Angela. *Representações das mulheres no imaginário brasileiro: da colonização ao surgimento da nação*. Caderno Crn, Salvador, v.13, 2006, p. 49-73.
- BRASIL, Pedro Henrique. *Os ex-votos de Catarina Paraguaçu: a mulher tupinambá através da arte, do museu e do catolicismo*. Revista Mosaico, v. 13, 2021, p. 362-382.
- COELHO, Damiana Antonia. *Representações de Damiana da Cunha na história e na literatura*. Anápolis, Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Goiás, 2016.
- DE OLIVEIRA, Humberto. *Romances indígenas, amores de índios: leituras (pouco) edificantes da alteridade ameríndia*. Interfaces Brasil/Canadá, v. 5, 2005, p. 49-62.
- FAGUNDES, Igor Pereira. *A história do índio Antônio Felipe (Poti) Camarão*. Niterói, Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, 2016.
- FERNANDES, Fernanda. *Quem foi Clara Camarão, heroína indígena brasileira*. 2020. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/reportagens/16671-quem-foi-clara-camar%C3%A3o,-hero%C3%ADna-ind%C3%ADgena-brasileira>. Acesso em 08/03/2025.
- JULIO, Suelen Siqueira. *Damiana da Cunha: uma índia entra a “sombra da cruz” e os caiapós do sertão (Goiás, c. 1780-1831)*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, 2015.
- LACERDA, Gama Franciane. *Merecedoras das páginas da história*. Cadernos pagu, 2012 p. 395-423.
- PLETSCH, Elizabeth Soriano. *Joaquim Norberto de Sousa e Silva*. In: FERNANDES, Neusa (Org.). *Biografias & Trajetórias*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2023, p. 165-178.
- SABINO, Ignez. *Mulheres ilustres do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mulheres, 1889.
- REZZUTTI, Paulo. *Mulheres do Brasil*. São Paulo: Leya Brasil, 2018.
- SANTOS, Georgina; GARCIA, Elisa. *Mulheres no mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.



SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *Brasileiras célebres*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

SILVA, Laila Correa . *Ignez Sabino: interpretações sobre o Brasil e uma historiografia feminista no século XIX*. Temáticas, v. 30, 2022, p. 22-56.

SOUSA, Roberto Acízelo de. *Joaquim Norberto e o indianismo*. O eixo e a roda: Revista de Literatura Brasileira. v. 21, p. 15-31, 2012.

SOARES, Campos Lenin. *Clara Camarão- lugar de mulher é no campo de batalha*. 2019. Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/clara-camarao>. Acesso em: 08/03/2025.

#### DADOS DE AUTORIA

Amanda Miranda Gemenes

Graduanda pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Tem experiência na área de História, com ênfase em História. E-mail: d202110792@uftm.edu.br

Ilana Peliciari Rocha

Possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002), graduação em Pedagogia pela Universidade de Franca, Mestrado (2007) e Doutorado (2012) em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Atuou como professora na rede pública de ensino do Estado de São Paulo e na educação superior privada. Atualmente é professora na UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), Departamento de História. Tem experiência na área de História e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão brasileira, imigração, história regional e ensino de História. E-mail: ilanapeliciari@yahoo.com.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3134-2735>